

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1611224 - PR
(2019/0325216-1)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : JOSÉ FELIPE NOVAK
AGRAVANTE : MARCIA CARLA FLANTZER NOVAK
AGRAVANTE : NUMBER ONE TENIS LTDA
ADVOGADOS : ANA PAULA ESMERIO MAGALHAES - PR022496
MARINA FREIBERGER NEIVA BARSCH -
PR042226
ADILSON DE CASTRO JUNIOR - PR018435
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA -
PB008301
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA
VIANNA - PR027109
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. AGRADO DE INSTRUMENTO. RAZÕES DO AGRADO QUE NÃO INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. Ação de execução. Agravo de instrumento.
2. Não merece conhecimento o agravo interno que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada.
3. O agravo interno é manifestamente inadmissível, quando os recorrentes não impugnaram, especificamente, todos os fundamentos da decisão agravada, como determina o art. 1.021, § 1º, do CPC/15, razão pela qual, na hipótese de ser assim declarado à unanimidade, fixo multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, com fulcro no § 4º do art. 1.021 do CPC/15.
4. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, com aplicação de multa, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrigli
Relatora